

PERSPECTIVAS DA FILOSOFIA BRASILEIRA NO ÚLTIMO SÉCULO

Lúcio Álvaro Marques¹

Universidade Federal do Triângulo Mineiro

E-mail: lucio.marques@uftm.edu.br

Resumo: Apresento um estado da arte da filosofia brasileira em quatro perspectivas: o ensaísmo, a historiografia, a agenda decolonial e a pesquisa de fontes primárias. Não hierarquizo as perspectivas apresentadas nem avalio a viabilidade dos nomes e obras que foram elencados, pois o faço crendo sua viabilidade e produtividade. Porém, isso não significa beneplácito nem indistinção. É apenas uma provocação ao leitor para que se aproxime de autoras/es e obras filosóficas brasileiras do último século. Apesar de crer a viabilidade de tal filosofia, advirto: nem tudo o que emprega tal nome, de fato, o é. Depois de indicar as principais mudanças sociais, econômicas e políticas do século XX, elenco autoras/es e obras desse século que evidenciam um pouco do vigor teórico de nossa filosofia. A partir das quatro perspectivas será possível distinguir três posturas – ufanista, academicista e crítica – sendo esta, a que melhor representante da filosofia brasileira.

Palavras-chave: Filosofia Brasileira; Século XX; Pensamento Brasileiro.

Abstract: I present a state-of-the-art Brazilian philosophy from four perspectives: essayism, historiography, decolonial thinking, and primary source research. I don't prioritize the perspectives presented or assess the viability of ideas that have been listed in my paper, as I believe that they are viable and productive. However, it's does not mean that I do not see the shortcomings of these ideas or do not distinguish them in any way. It is merely a provocation to the reader to get closer to Brazilian authors and philosophical works from the last century. Even if I believe in the viability of Brazilian philosophy, I warn: in fact, not everything that belongs to its realm is viable. After pointing out the main social, economic, and political changes of the 20th century, I list authors and works from this century that show some of the theoretical strength of Brazilian philosophy. From the four perspectives I distinguish three approaches – ufanist, academicist, and critical. Among these approaches, I consider the last one to be the best.

Keywords: Brazilian Philosophy; 20th century; Brazilian thought.

1 Introdução

Avaliar a história da evolução das ideias filosóficas de um século é uma tarefa tão difícil e arriscada quanto instigante. Difícil, em razão do risco de cometer lapsos históricos, e arriscada se pensarmos quão importante foram os últimos cem anos na história do Brasil. A título de exemplo, recordo alguns marcos principais entre 1900

Este artigo foi originalmente publicado com o título “Perspectives on Brazilian Philosophy in the last century” na revista *Sententiae* 43: 2 (2024), p. 55-71. Agradecemos à revista e ao editor Oleg Khoma a autorização da publicação do texto em português.

¹ Bolsista de Produtividade em Pesquisa PQ-C. Processo 303781/2024-6 (CNPq). Professor na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Membro do Laboratório de Filosofia e Ciências Sociais (LAFICS). Coordenador do grupo de pesquisa *Studia Brasiliensia* (CNPq) e da Série *Scripta Brasiliana*, da Editora Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), órgão vinculado ao Ministério das Relações Exteriores.

e 2000 (IBGE 2003; IBGE s/d; INEP s/d): (i) a população passou de 17,8 para 175,9 milhões de pessoas; (ii) o Produto Interno Bruto (PIB) foi de 5,1 milhões para 537,9 milhões de dólares; (iii) a taxa de analfabetismo caiu de 65,3 para 13,5% da população. Para atualizar as informações até 2023, trago estes dados: a população é de 214 milhões de pessoas; o PIB, estimado em 2,081 trilhões de dólares; e o analfabetismo ainda chega a 5,6% da população. Em 1900, o Brasil contava com 24 instituições de ensino superior, sendo a maior parte de cunho confessional ou privado. Em 2000, havia 1.180 instituições públicas e privadas com oferta de 11.019 cursos de graduação (Neves & Martins s/d; INEP ca. 2001). Em 2021, o Brasil tinha 2.574 instituições de ensino superior, sendo 2.261 privadas e 313 instituições públicas (Instituto SEMESP 2023, p.10).

Essas informações dão uma ideia da revolução social, política e econômica que o Brasil viveu no último século. Por isso, retomo dois elementos: um, relativo à habitação rural e urbana, e outro, relativo às crises políticas. Em 1940, 31% da população brasileira vivia no meio urbano; em 2000, esse percentual chegou a 81,3%; e, em 2017, o percentual era de 84,3% da população concentrados em uma área de 0,63% do território nacional (EMBRAPA 2017), o que indica uma aceleração do êxodo rural nem sempre acompanhada de reassentamento adequado dentro do espaço urbano. No que tange à história política, o Brasil republicano surgiu a 15 de novembro de 1889, e essa Primeira República durou até 1930. O advento da Era Vargas foi marcado pelo Governo Provisório entre 1930-1934 dentro do debate do constitucionalismo nacional que foi rompido em 1937, dando lugar à ditadura Vargas ou Estado Novo até 1945. Em 1946, foi outorgada uma nova Constituição, inclusive com a realização de eleições diretas. No entanto, não acabaram as tentativas de golpe de Estado até que, em 1964, iniciou-se outra ditadura que durou até 1985. Em 1988, foi promulgada a atual Constituição da República Federativa do Brasil, nascendo a Nova República. Desde então, houve o *impeachment* de dois ex-Presidentes: Fernando Collor de Melo, em 1992, e Dilma Vana Rousseff, em 2016, além de recorrentes discursos favoráveis à decretação da Garantia da Lei e da Ordem (GLO), em defesa da extinção das garantias de liberdade social e da volta da ditadura militar. Esse discurso virulento e antirrepublicano elegeu o ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) caracterizado por Perry Anderson (2020, p. 121) como mais um membro da teratologia política contemporânea, “um novo monstro” que defende a eliminação dos adversários e a violência contra as minorias.

É dentro desse cenário que destaco três aspectos fundamentais para a compreensão da filosofia brasileira no último século: no primeiro, reunindo os processos de urbanização, escolarização e crescimento demográfico, nota-se como o país sofreu uma metamorfose geopolítica no período nem sempre com condições habitacionais adequadas; no segundo, a queda do analfabetismo, somada ao crescimento do PIB, produziu uma revolução, mas não reduziu as profundas desigualdades sociais; o terceiro explicita um conflito entre, de um lado, a mentalidade conservadora que produziu as duas ditaduras do século passado e que ainda alimenta o discurso de ódio em nosso tempo e, de outro, a postura progressista empenhada na defesa dos direitos civis e sociais e na promoção de uma sociedade justa, igualitária e inclusiva. Estas duas posturas estão representadas na pauta filosófica daquele e deste século tanto por quem advoga o conservadorismo, o liberalismo econômico e as privatizações dos direitos públicos, inclusive da educação e saúde, quanto por quem luta pela inclusão, diversidade, solidariedade e igualdade social de direitos universais.

À luz desses elementos básicos do último século, não pretendemos apresentar um ou outro modelo vencedor na filosofia brasileira. Não estou pensando na forma dual do nós contra eles, mas na perspectiva inclusiva da diversidade e pluralidade social. Por isso, caracterizo quatro perspectivas através das quais a filosofia brasileira foi pensada com maior ou menor ênfase. Não distingo filiações ideológicas

de autoras/es nesta parte da pesquisa, por não se tratar de identificar modelos válidos ou inválidos. Distingo, sim, algumas formas através das quais essa filosofia vem se constituindo com o intuito geral de dar a conhecer o estado da arte da pesquisa filosófica entre nós. Em cada perspectiva, apresento um ou mais nomes que se destacam na forma de filosofar e elenco os nomes e obras que participam desse modo de fazer filosofia. Naturalmente, priorizarei destaques das pesquisas que estão em curso no início do século XXI, visto que algumas perspectivas perderam fôlego ao longo do século passado. Com isso, o leitor considere quatro formas que mais se destacaram na pesquisa filosófica brasileira do último século: o ensaísmo, a historiografia, a descolonização e a pesquisa das fontes.

Reitero que não se trata de uma leitura hierarquizante nem avaliativa das perspectivas, nem uma crítica a qualquer autor/a em questão. Pela extensão do artigo, muitos nomes e obras serão negligenciados, sem que isso signifique qualquer forma de menosprezo às análises desenvolvidas pelas/os autoras/es. Ademais, a apresentação das perspectivas que seguimos condensará alguns elementos presentes em *Formas da filosofia brasileira: 12 aportes metodológicos à historiografia, metalinguagem e autocrítica da filosofia brasileira* (2023), de Lúcio Álvaro Marques, mas não seguiremos tudo o que está na obra por termos aqui o interesse de formular bases de um estado da arte da filosofia brasileira. Metodologicamente, farei a apresentação de cada uma das perspectivas justificando o que valida a forma de pesquisa destacada entre nós e indicarei, no início de cada uma delas, as obras e nomes mais significativos para a compreensão da filosofia nacional. Tomo aqui a filosofia brasileira ou nacional em uma acepção precisa, distinguindo, de um lado, o que seria uma filosofia apenas feita em terras brasileiras, mas cujo objeto não se relaciona de forma direta com a realidade nacional (por exemplo, o comentário exegético é filosofia feita entre nós, mas não se caracteriza diretamente como filosofia brasileira pela baixa aderência ao debate público nacional) e, de outro, trato a filosofia brasileira como aquela reflexão que não necessariamente nasce no território filosófico, mas que contribui para a autocompreensão da identidade nacional e que tem o Brasil como objeto, sem se fechar em qualquer forma de nacionalismo utópico (Gomes 2001, cap. 10).² Vejamos, pois, o que caracterizou a filosofia brasileira no último século.

2 A filosofia na forma de ensaio

Há pelo menos dez obras que mereceriam análise detida nesta parte. Nem todas foram caracterizadas como ensaios pelos seus autores, embora soem assim. Parto da compreensão de ensaio como aquilo que produz uma leitura unitária de um tema com respeito a uma unidade temporal demarcada e que se detém em um objeto considerado em seus múltiplos aspectos. Assim sendo, a *Contribuição à história das ideias no Brasil* (1956), de João Cruz Costa (1904-1978); a *Dialética da colonização* (1992), de Alfredo Bosi (1936-2021); os *Alguns ensaios* (2000), de Bento Prado de Almeida Ferraz Júnior (1937-2007); *Um departamento francês de ultramar* (1994), de Paulo Eduardo Arantes (1942-); o *Diário de um filósofo no Brasil* (2010), de Júlio Cabrera; a *Filosofia brasileira: ontogênese da consciência de si* (2002), de Luiz Alberto Cerqueira Batista e *O discurso e a história: a filosofia no Brasil no século XIX* (2020), de Júlio Miranda Canhada são ensaios quer por terem sido pensados assim pelos autores, quer por proporem uma interpretação unitária de um tempo ou instituição específicos da filosofia brasileira². E os outros três ensaios que destaco nesta lista

² Para não ficar demasiado extensa a bibliografia final, elencaremos nela exclusivamente as obras que forem objeto de análise em cada um dos tópicos deste artigo. Apresentamos os nomes de tantas outras no corpo do texto apenas para se ter ideia do lastro histórico que compõe cada uma das perspectivas desta análise. Como nosso objetivo restringe-se à caracterização de cada

merecerão uma menção mais detida, a saber: o *Panorama da filosofia no Brasil* (1961), de Luís Washington Vita (1921-1968), a *Crítica da razão tupiniquim* (1977), de Roberto Gomes (1944-) e a *Filosofia no Brasil: legados e perspectivas – ensaios metafilosóficos* (2020), de Ivan Domingues (1950-).

O ensaio de Washington Vita compensa a brevidade do livro pela argúcia do autor. Ele parte da intenção de fazer “filosofia da filosofia no Brasil”, portanto metafilosofia e, com isso, estabelece a distinção entre os períodos colonial (1500-1822), imperial (1822-1889) e republicano (1900-1969), o que se deve à cronologia nacional. Destaca quatro tendências da nossa filosofia – a positivista, a culturalista, a idealista e a neotomista – sendo que todas elas tiveram suas raízes nas influências do pensamento europeu, o que não se admira considerando o longo período colonial que se prolongou, de alguma forma, no imperial. Ademais, não é difícil reconhecer que a principal contribuição do ensaio de Washington Vita está na distinção entre o saber de salvação que formou as bases do fazer filosófico desde o início da colonização até a segunda metade do século XIX, perdendo força graças à dissolução do padroado entre Igreja e Estado³, e o saber de ilustração que manifesta a “confiança no fazer do homem, o reconhecimento de sua finitude e imanência, apostando no poder de transformação da história libertadora e humanizadora” e abrindo as portas do pensamento para a influência das filosofias modernas europeias libertas das amarras do tradicionalismo e conservadorismo lusitanos (Vita, 1968, p.14; Vita, 1969, p. 105-109). Superar o saber de salvação equivaleria entre nós à admissão de uma possibilidade de pensar que esteja livre das amarras e da tutela do pensamento tradicional e conservador católico. Embora isso não seja suficiente para caracterizar o que seria a filosofia brasileira, segundo Washington Vita, serve como demarcação crítica para pensar as matrizes filosóficas.

Outro ensaio digno de nota é o irônico *Crítica da razão tupiniquim*, no qual o autor evidencia ao menos três notas significativas para se filosofar brasileiroamente: (i) não basta reunir ecleticamente partes de sistemas filosóficos nem se apegar às novidades estrangeiras para filosofar entre nós, pois isso não passa de mimetismo teórico, (ii) fazer filosofia não se reduz à forma nem aos títulos de quem o faz, mas supõe a capacidade de pensar a realidade nacional sem subterfúgios e (iii) uma parte significativa do que se tem feito como filosofia no Brasil não passa de comentário e repetição. Por isso necessitamos de uma razão afirmativa que assuma uma postura crítica frente às filosofias estrangeiras e à realidade nacional, que seja criativa para pôr questões e desfazer preconceitos e que tenha a ousadia de pensar por conta própria sem se anestesiar diante da realidade nem se esterilizar, reduzindo sua função ao mero comentário exegetico (Gomes 2001, c. 10).

O terceiro ensaio é de Ivan Domingues e está estruturado em seis passos. Malgrado a extensa temporalidade que a obra percorre – de 1500 aos nossos dias –, suas análises se destacam pelo rigor crítico do autor. Ele inicia o ensaio estabelecendo a metafilosofia como pressuposto interpretativo (primeiro passo), alicerçado nos métodos *in praesentia* e *in absentia*, no tripé semiótico de autor, obra e público, e no tipo ideal, similar tanto do tipo nacional de Sílvio Romero quanto do

uma das perspectivas, o que interessa é ver como elas se constituíram e qual é ou quais são as obras mais recomendadas para a leitura inicial.

³ O padroado foi um sistema de matriz socioeconômica estabelecido entre a Coroa Portuguesa e a Igreja Católica que perdurou de 1500 a 1889 no Brasil. Tanto a Igreja concedia regalias (*padroado*) à Coroa quanto vice-versa, por exemplo, a Igreja catequizava, civilizava e apaziguava os escravizados quer indígenas quer africanos, e repassava os dízimos à Coroa, enquanto a Coroa financiava as obras eclesiais de catequização e construções de templos, colégios e casas de saúde. Com a proclamação da República a 15 de novembro de 1889, iniciou-se o processo de laicização do Estado brasileiro e a separação entre Igreja e Estado, sobretudo com o advento do ensino laico, das políticas estatais de saúde e da redução do controle da Igreja sobre setores da vida social brasileira, como registros de nascimento, casamento e óbito.

tipo ideal de Max Weber. Depois, o autor passa à análise dos cinco séculos da história brasileira desde a invasão portuguesa. No segundo passo, ele analisa a sociedade colonial brasileira caracterizada pela pedagogia jesuítica que teria predominado durante toda a colônia (hoje já se sabe que houve atuação diferenciada de outras ordens religiosas no ensino filosófico, tais como os carmelitas, os franciscanos e os beneditinos) e, da pedagogia inaciana, derivaria o perfil do tipo ideal predominante em todo o período, o intelectual orgânico da Igreja que reunia a um só tempo a missão de catequizar à missão educacional nas escolas e colégios, desde o bacharelado do primeiro curso de filosofia na Bahia, em 1575. No terceiro passo, o período em apressio da Independência, passando pelo Império, chega até a República Velha, ou seja, o século XIX é analisado na esteira da expansão das instituições sociais como os cursos de direito em Recife e São Paulo, de farmácia em Minas Gerais e de belas-artes no Rio de Janeiro com a Missão Artística Francesa. O tipo emergente é o intelectual estrangeirado, pensando por vezes no Brasil, mas com a cabeça na Europa, sem grande conexão com a realidade brasileira. No quarto passo, o autor considera o período de 1930 a 1960. Nele, coincide a criação da universidade pública em âmbito nacional com a transplantação do sistema filosófico francês e da figura do *scholar* especializado, que fará carreira dentro dos muros da universidade, bem como o intelectual público humanista, embora não consigam, salvo exceções, pensar a mudança da sociedade pós-colonial agrário-exportadora à sociedade moderna urbano-industrial que emerge na primeira metade do século. No quinto passo, o tipo dos filósofos brasileiros intelectuais públicos é posto em análise. Com a fundação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e a profissionalização do magistério filosófico, ganha corpo e forma a produção filosófica com padrão internacional. Daí nasce uma experiência renovada da produção filosófica em território brasileiro. Finalmente, no sexto passo, Domingues põe em análise o tipo do intelectual cosmopolita globalizado, cuja figura seria capaz de fazer frente no debate público. Porém, esse tipo ainda estaria por vir na filosofia brasileira: “até hoje ausente da *Terra Brasilis*: justamente, a figura do intelectual cosmopolita globalizado. Ou seja: *cosmopolita* como o intelectual público, porém sem carregar sua agenda com a missão e a agenda política, aprisionado ao contexto nacional e local, ao trocá-las por temas da cultura e desafios da atualidade, em uma perspectiva mais ampla e virtualmente universal”, entenda-se *globalizado* (Domingues, 2017, p. 546).

No que tange aos ensaios, o de Domingues certamente é o mais promissor no atual panorama do debate sobre a filosofia brasileira. Estando corretos seus *insights* (o que não estamos pondo em questão aqui), a filosofia brasileira existe, mas ainda não foi capaz de produzir um intelectual público globalizado da estirpe de um Diderot, Voltaire, Kant e Nietzsche, para pensar nos grandes nomes até a virada do século XIX, ou como Richard Dawkins, Amartya Sen, Michael Sandel, John Rawls, Jürgen Habermas e Michel Foucault, para considerar o elenco do século XX. Esse intelectual seria capaz de intervir na agenda mundial do pensamento de forma eficiente e angariando o reconhecimento dos pares. A filosofia brasileira está, então, suficientemente aparelhada para produzir novos filósofos capazes de atuar no *mainstream* filosófico, mas sem ser o intelectual público globalizado atuando na cena nacional e internacional na filosofia e no debate público.

3 A historiografia da filosofia brasileira

É lugar comum afirmar que a historiografia da filosofia brasileira se inicia com *A philosophia no Brasil* (1878), de Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero (1851-1914), tal como afirma-se também a retórica polêmica plena de argumentos *ad hominem*, o que tornou seu autor uma figura pouco simpática ao estudo sério. A partir de então, há outros autores que se dedicaram à mesma tarefa, tais como Jorge Jaime de Souza Mendes (1925-2013) com seus quatro volumes de *História da*

filosofia no Brasil (1997-2002), nos quais reúne mais de 500 candidatos a filósofos brasileiros que, segundo ele, são apenas aqueles que têm traços de originalidade e deram contribuição definitiva à nossa filosofia. Dentro da mesma escola historiográfica culturalista encontra-se também Antonio Ferreira Paim (1927-2021) com os sete volumes de sua *História das ideias filosóficas no Brasil*, cujo primeiro volume foi lançado em 1967 e o último em 1998. Trata-se de um autor premiado com o Prêmio Instituto Nacional do Livro de Estudos Brasileiros (1968) e com o Prêmio Jabuti (1985), mas nem por isso livre de algumas posturas estranhas ao pesquisador como já foi mostrado em relação a um de seus volumes (*Etapas iniciais da filosofia brasileira: estudos complementares à história das idéias filosóficas no Brasil – vol. iii*. Londrina: UEL, 1998). Entre outros aspectos, peca ao transcrever textos sem base histórica, sem identificar devidamente as fontes, nem propor crítica interna de documentos, “sem crítica externa estabelecendo os lastros entre os textos transcritos e as demais pesquisas, desprovido de nexos causal que conecte os textos entre si e os debata dentro de uma hipótese avaliativa do conteúdo”, ferindo assim princípios básicos de análises e estudos historiográficos (Marques, 2023, p. 109-110). Ainda como obra dos culturalistas, há o *Dicionário biobibliográfico de autores brasileiros: filosofia, pensamento político, sociologia, antropologia* (1999) editado pelo Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB). Trata-se de um útil catálogo autoral para quem se dedica ao levantamento de nomes e obras brasileiras.

Para além desses quatro autores e obras, há que se lembrar mais quatro nomes: o primeiro é Antônio Joaquim Severino com *A filosofia contemporânea no Brasil* (1997). Trata-se de uma análise do século XX com um elenco muito bom de nomes e obras sobre a filosofia brasileira distribuídos entre as heranças neotomista, positivista, neopositivista, fenomenológica, humanista, culturalista, dialética, teoria crítica e arqueogenealogia. Na perspectiva sistemática da historiografia, o segundo autor é Ricardo Timm de Souza, com *O Brasil filosófico* (2003), que, embora breve, tem intuições dignas de nota, tanto no que se refere aos levantamentos estatísticos dos estudos pós-graduados no Brasil quanto nas premissas analíticas dos séculos XIX e XX. Na terceira posição deste grupo, cito os sete volumes do *Diccionario bibliographico brasileiro* (1883-1902), de Augusto Vitorino Alves Sacramento Blake (1827-1903). Sua obra encontra-se no limiar do século passado e é digna de destaque, não apenas por sua completude, mas especialmente por ser o catálogo de nomes mais extenso. Está disponível para acesso na rede mundial de computadores e reúne um elenco de autores que foram e são decisivos para compreender as bases teóricas da filosofia brasileira no século XX.

Por fim, o último autor que menciono nesta parte relativa à historiografia é Paulo Roberto Margutti Pinto ou, simplesmente, Paulo Margutti, como é conhecido. Trata-se de uma obra em curso por reunir, até o momento, dois volumes da *História da filosofia do Brasil* (2013 e 2020), um número invejável de artigos e capítulos sobre a história da filosofia brasileira, além de estudos monográficos sobre nomes dessa história. Ilustro com *Desenvolvimento, cultura, ética: as ideias filosóficas de Mário Vieira de Mello* (2015); *Nisia Floresta, uma brasileira desconhecida: feminismo, positivismo e outras tendências* (2019); *As ideias filosóficas de Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882)*; e *As ideias filosóficas de Eduardo Ferreira França (1809-1857)*, ambos lançados em 2023. Como se não bastasse, o autor já anunciou mais alguns volumes que serão lançados em breve. Embora estudando o século XIX nesses livros, a incidência teórica dos mesmos se deu ao longo daquele século e na primeira metade do século passado. Outrossim, trata-se do último grande desdobramento da pesquisa historiográfica brasileira.

Sem margem de dúvida, a historiografia elaborada por Margutti não convence só pela sua extensão que é admirável, mas pela qualidade da análise e o rigor técnico da produção. Passo à apresentação dos procedimentos adotados tanto nos livros monográficos (todos disponíveis gratuitamente na *internet*), em primeiro lugar,

quanto nos dois volumes de sua *História*, em segundo lugar, pela razão das diferenças nos procedimentos metodológicos. São diferenças que o autor elaborou ao longo da própria pesquisa mais como um traço de maturação do método que em virtude de uma decisão *a priori* sobre os procedimentos a serem adotados. Vejamos.

Nos estudos monográficos, Paulo Margutti segue um procedimento em cinco etapas: (i) inicia-as apresentando os dados biográficos e as obras da personalidade em apressado com o cuidado de datar e sequenciar a produção, (ii) faz a análise das principais interpretações recebidas pela obra, (iii) retoma cuidadosamente outras/os pensadoras/es ligados direta ou indiretamente às obras citadas, (iv) analisa detidamente todas as obras apresentadas na primeira etapa e (v) compara os resultados do/a autor/a em relação à filosofia em curso no seu tempo em perspectiva internacional, sem descuidar de situá-la dentro da filosofia brasileira. Dessa forma, os estudos monográficos vão muito além da mera apresentação das ideias da/o biografada/o, tanto por interpretá-los à luz da filosofia universal quanto por colocá-las em diálogo direto com a filosofia nacional que lhe foi contemporânea. Ademais, o levantamento bibliográfico em cada obra é exaustivo, demonstrando uma pesquisa que marca uma forma interpretativa irrenunciável. Não significa que sua análise seja a única, mas que é incontornável para quem deseja estudar quem ele analisou. Formando-se assim um novo paradigma historiográfico brasileiro.

As diferenças entre os paradigmas historiográfico culturalista (representado por Miguel Reale, Jorge Jaime, Antonio Paim e outros) e a nova historiografia (representada por Antônio Joaquim Severino, Roberto Hofmeister Pich, este será citado abaixo, e Paulo Margutti) estão na forma e no conteúdo: na historiografia culturalista, as leituras são gerais e tentam abarcar longas historicidades em breves análises e não se dedicam às edições de fontes primárias e, na nova historiografia, a forma é de análise minuciosa de períodos e autoras/es respectivos com pretensão de exaustão (conforme a metodologia dos estudos monográficos descrita no parágrafo anterior) e, quanto ao conteúdo, primam pela edição crítica de fontes e de documentos dos períodos colonial e imperial. Com isso, eles não só trazem interpretações da história do pensamento brasileiro, mas publicam documentos históricos e textos inéditos com amplo acesso à comunidade científica.

Entre os dois volumes da *História da filosofia do Brasil* (2013 e 2020) de Paulo Margutti, há uma diferença metodológica digna de nota: no primeiro, analisando de 1500-1822, ainda não havia pesquisas de bases documentais sobre o período, por isso o autor opta por uma interpretação incluindo dados provenientes da literatura e lastreado na hermenêutica pluritópica. Felizmente, como afirmou já em diversas ocasiões, não se trata de um período desprovido de fontes primárias; antes, há um elenco considerável de textos filosóficos, o que põe em questão a distinção entre uma tendência sanchista mais prática e menos escritural, e outra fonsequista, mais escritural e teórica, dentro da matriz portuguesa da filosofia⁴. Portanto, não se trata de um volume reduzido à visão de mundo geral, mas de um texto com bases documentais e que, segundo o autor, serão explicitadas mais plenamente na reedição do livro. No segundo volume, analisa o período de 1808-1843, partindo de seis autores e uma autora, com um rol invejável de obras para analisar, o que constitui uma nova chave interpretativa. Plenamente mergulhado na forma de escrita típica do século XIX, Margutti mostra como a filosofia brasileira estava prenhe de uma ruptura iluminista, embora ainda marcada pela herança religiosa lusitana. Aí reinará uma *philosophia ancilla theologia*, isto é, uma filosofia como propedêutica à teologia.

⁴ A tendência sanchista é a herança de Francisco Sanches que destaca o caráter prático da cultura lusitana, apegada ao ceticismo e às intuições filosóficas presentes nas obras literárias. Enquanto a tendência fonsequista é a herdeira de Pedro da Fonseca e valoriza o espírito do estudo escolástico minucioso mediante o reconhecimento da autoridade dos grandes nomes da história da filosofia e defende o caráter meditativo e teórico da filosofia da Segunda Escolástica dos séculos XV-XVIII (Margutti, 2020, p. 17).

Se esse é o estatuto da filosofia dentro da ruptura iluminista, em algum momento será conveniente avaliar a base historiográfica de Paulo Margutti em contraponto à distinção entre saber de salvação e saber de ilustração elaborada por Luís Washington Vita.

Dito isso, não restam dúvidas de que a historiografia da filosofia brasileira demonstra um vigor digno de nota, sobretudo nas últimas décadas. Seria uma *apaideusia* ainda pôr em questão a existência ou não da filosofia brasileira. Se há uma observação sobre o conjunto da obra historiográfica de Paulo Margutti, faço comparando-a a *Hegel und der Staat* (1920) e *Der Stern der Erlösung* (1921), de Franz Rosenzweig (1886-1929). Ao serem publicados, sugeriram a Rosenzweig fazer um guia de acesso à obra e sua interpretação. Então ele publicou *Das Neue Denken* (1925). O livro popularizou a filosofia do autor. *Mutatis mutandi* talvez seria uma boa opção a ser empreendida pelo autor em virtude do conjunto da obra e, inclusive, apontando possibilidades para o desenvolvimento por vir da historiografia filosófica brasileira.

4 A pauta filosófica de[s]colonial

Charles-Robert Ageron atribui o emprego da expressão “descolonização da Argélia” (*décolonisât l’Algérie*) a um jornalista que o teria empregado em 1836 e, a partir de 1927, o termo foi popularizado na luta anticolonial indiana (*decolonization*), integrou a pauta de debates progressistas e, em 1952, ele entrou definitivamente em circulação (Rioux, 2007, p. 256). Na América Latina, foi praticamente a partir do período de maturidade da filosofia da libertação (após 2013) que o termo se instituiu como pauta do pensamento filosófico. Entenda-se, porém que não se trata de uma datação estanque e determinista. Interessa perceber quão tardio foi o advento desse debate na agenda latino-americana, visto que já data de um uso secular na Europa, Argélia e Índia, e parece que só agora reconhecemos a necessidade de “descolonizar a epistemologia”, ainda que seja mimetizando a agenda do pensamento com algum atraso.

Por outro lado, se olharmos com atenção para os debates estabelecidos no último século, veremos que não perdemos o bonde da história. Só não usamos os mesmos termos. Uma vez que a agenda descolonial faz frente à colonização do ser⁵, do poder, do gênero e do saber, podemos situar alguns elementos da história da filosofia brasileira dentro desse espectro de debates, embora sem pretensão de exaustão. Outros nomes poderiam ser citados, mas ficamos apenas com os que se seguem.

Em relação à colonização do ser, destacamos duas obras por sua proximidade com os debates da última década. Trata-se, em primeiro lugar, de *América Latina: o não-ser* (1987), de Roque Zimmermann (1939-2019). O autor demonstra como a ontologia negativa imposta aos povos latino-americanos produziu, ao longo do tempo, uma compreensão depreciativa e reducionista da própria história desses povos. A negação do ser iniciou-se com a violência dos processos de colonização, quando a identidade local foi negada, a alteridade foi objeto de discurso algo exótico e o ser humano foi bestializado nas formas de escravização. Daí resultou uma autocompreensão negativa e, conseqüentemente, incapaz de desconstruir as estruturas de subalternização social dos povos latino-americanos. Não houve

⁵ Na agenda descolonial, há uma crítica direta à herança da filosofia europeia, no entanto, herdamos e conservamos a nomenclatura clássica da metafísica do *ser*. Em atenção à observação de Plínio Junqueira Smith (professor da Universidade Federal de São Paulo UNIFESP), seria mais coerente falar de colonização do ser humano e não, genericamente, colonização do ser. Essa distinção evita a ambigüidade entre o debate ontológico e antropológico da colonização: a distinção entre metafísica do ser e condição do ser humano.

apenas uma subalternização dos povos originários. Houve também um processo de desfazimento das identidades. À medida que os povos originários foram subordinados à ação colonizadora europeia, suas identidades foram relegadas ao segundo plano histórico em benefício da empresa colonial. Nesse sentido, não somente foram escravizados, mas espoliados de suas propriedades e do domínio da terra. *Pari passu*, os africanos traficados para Abya Ayla (renomeado pelo europeu como Novo Mundo) foram escravizados e também despojados de suas identidades. Com isso, o processo produziu, de um lado, a desindianização de indígenas e a desafricanização de africanos e, de outro, a deseuropeização dos europeus, uma vez que passaram a agir de uma forma muito mais violenta que aquelas identificadas na história antiga da Europa (Ribeiro, 1995). A colonização do ser não operou apenas como um índice negativo durante o período colonial, ao contrário, ela foi capaz de destruir a possibilidade de produção de uma identidade positiva mesmo depois da Independência. Por essa razão, em 1995, Darcy Ribeiro (1922-1997) ainda identificava na herança social e antropológica brasileira uma fratura na composição da identidade nacional (Ribeiro, 1995, p. 131, *italico nosso*): “seu filho [do processo colonial escravista], crioulo, nascido na terra nova, racialmente puro ou mestiçado, este sim, sabendo-se não-africano como os ‘negros boçais’ que via chegando, nem branco, nem índio e seus mestiços, *se sentia desafiado a sair da ninguendade, construindo sua identidade*. Seria, assim, ele também, um protobrasileiro por carência”.

Na esfera da colonização do poder, em segundo lugar, os processos foram tão eficientes a ponto de colonizarem as estruturas políticas e sociais brasileiras. Com isso, Manoel José Bonfim (1868-1932) defende em *América Latina: males de origem* (1905) que a proclamação da Independência em 1822 não produziu uma ruptura das estruturas de dominação social. O que ocorreu foi a transferência de estruturas da casa grande e do engenho⁶ controladas pelas oligarquias rurais para as estruturas patrimonialista (com o controle da máquina do Estado pela velha oligarquia rural transformada agora em classe política dirigente), fisiologista (com o político transformando a atuação pública em profissão e instrumentalizando o Estado em benefício próprio) e autoritária (mediante o emprego das forças policial e política para reprimir as formas de resistência dos movimentos sociais e criminalizar os debates das agendas progressistas) (Marques, 2023, p. 421-463). Dentro da organização política e social do governo brasileiro, ainda imperam formas autoritárias e violentas que se legitimam a partir das formas de discursos liberais e supremacistas geridos por quem se perpetua no poder, como mostra Lília Moritz Schwarz em *Sobre o autoritarismo brasileiro* (2019).

No que tange à colonização de gênero, em terceiro lugar, as relações são ainda mais violentas em um país com forte herança patriarcal e conservadora. Há bastante tempo, figuras como Nísia Floresta (1810-1885), recentemente estudada em obra monográfica homônima por Paulo Margutti (2019); Patrícia Rehder Galvão (chamada de Pagu: 1910-1962), autora de *Parque industrial* (1933); Marielle Francisco da Silva, nascida em 1979, conhecida como Marielle Franco, que foi brutalmente assassinada em 2018; Léila González (1935-1994), referência nos estudos sobre interseccionalidade; entre tantas outras mulheres, são vozes e símbolos de uma luta tão necessária quanto difícil em vista de desconstruir o machismo e conservadorismo arraigados nas estruturas sociais brasileiras. Quanto ao ponto, a melhor referência para introdução à história da mulher no Brasil ainda é o *Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade* (2000), organizado por S.

⁶ A casa grande era a moradia ou residência dos senhores durante o período colonial e, geralmente, estavam ao lado de uma senzala, onde ficavam os escravizados; um engenho, onde se processava a cana-de-açúcar, e uma capela, onde os sacerdotes católicos administravam os sacramentos. Ela funcionava como um centro de organização e administração social, política, econômica e religiosa.

Schumacher e É. Vital Brazil, tanto por sua extensão quanto pela capacidade de compendiar informações precisas e diversas de dados biobibliográficos em historiografias recuadas. Quanto ao debate sobre colonização do gênero, recomendamos o livro *Por um feminismo afro-latino-americano* (2020) de Lélia González *et alii*.

Quanto à colonização do saber, em quarto lugar, ainda mimetizamos uma grande parte da agenda internacional da filosofia e de outras áreas. Com isso, não advogo formas de parricídio epistêmico contra a agenda europeia, africana ou indígena. Pelo contrário, em um mundo globalizado, a verdadeira forma de colonização é reduzir o próprio olhar a qualquer forma de nacionalismo xenofóbico. Os dois contraexemplos mais contundentes frente às tentativas de negar os diálogos entre as agendas locais e as internacionais estão na interdependência provocada pela pandemia de Covid-19, quando povos e nações tiveram que se unir para pensar uma resposta à crise sanitária e à crise climática que enfrentamos, com a emergência de mudanças extremas. Sair da colonização do saber, provavelmente, não será por meio da negação dos saberes de outros países, mas da capacidade de estabelecer agendas comuns em vista de um mundo que seja minimamente digno e equilibrado para todas as pessoas, sem qualquer exclusão. Nesse sentido, elenco um quarteto de obras que permitem uma compreensão dos debates básicos para o enfrentamento das desigualdades sociais e epistemológicas: o *Dicionário da escravidão negra no Brasil* (2013), de Clóvis Moura; o *Dicionário da escravidão e liberdade* (2018), de Lilia Moritz Schwarz e Flávio Gomes; as *Metafísicas Canibais* (2015), de Eduardo Batalha Viveiros de Castro; *A queda do céu* (2015), de Davi Kopenawa e Bruce Albert; e *A vida não é útil* (2020), de Ailton Krenak, recentemente eleito para a Academia Brasileira de Letras (2023). Tanto Kopenawa quanto Krenak são autores indígenas e apresentam análises da vida e da sociedade contemporânea a partir de uma compreensão indígena do mundo, sem se fecharem na visão nativista da sociedade. Ao contrário, debatem diretamente problemas do neoliberalismo, geopolítica e pandemia.

Aqui não se trata de uma apresentação exaustiva do tema, mas de apontar o estado da arte com a indicação de algumas obras que sirvam como introdução geral aos debates sobre o ser, o poder, o gênero e o saber. Os nomes citados fazem parte de uma história em processo na qual se reúnem vozes em uma espécie de metalinguagem da agenda social frente a um processo de mundialização que exclui a maior parte dos habitantes do mundo. Sem mencionar os efeitos devastadores sobre a fauna e a flora mundiais decorrentes da política de exploração socioambiental, as formas de colonização mencionadas no tópico revelam um perfil assustador da nossa sociedade que ainda não foi capaz de superar, por dentro, as formas de colonização externa e enfrenta ainda tantas divisões internas.

5 O estudo das fontes da filosofia brasileira

Há cinco dicionários que oferecem amplo acesso ao catálogo autoral da filosofia brasileira: *Diccionario bibliographico brasileiro* (1883-1902), de Augusto Vitorino Alves Sacramento Blake; o *Dicionário biobibliográfico de autores brasileiros: filosofia, pensamento político, sociologia, antropologia* (1999), editado pelo CDPB; o *Dicionário do Brasil colonial 1500-1808* (2000) e o *Dicionário do Brasil imperial 1822-1889* (2002), organizados por Ronaldo Vainfas; e o *Dicionário de autores no Brasil Colonial* (2010), de Palmira M. R. Almeida. Os dicionários de Ronaldo Vainfas não se detêm apenas no tema filosófico, mas têm interesse no conhecimento geral dos períodos, não obstante tenham apenas um verbete sobre *aula* no primeiro volume, desconhecendo entradas como escola, colégio, ensino e docência. O dicionário de Palmira Almeida é bom, embora incompleto em relação ao rol dos autores e escritores do período estudado. O benefício está no fácil acesso à obra. Aquele

editado pelo CDPB é o melhor em relação aos anteriores, mas não supera o clássico de Sacramento Blake. Este último fica a dever quanto ao século vinte por razões óbvias. No entanto, é exaustivo e preciso em relação à Colônia e ao Império e está disponível gratuitamente na *internet*.

Os dicionários são uma porta de entrada para um continente pouco explorado na filosofia brasileira e bastante promissor. Esse continente é pouco explorado, pois, desde Sílvia Romero, há uma vulgata tão imprecisa quanto depreciadora que insiste em afirmar não ter havido nada digno de nota enquanto produção filosófica no período colonial. E mais, o autor de *A filosofia no Brasil* (1878) ainda afirmou que não havia seriação de ideias nem herança genética, menos ainda ideia de sistema em tudo o que se produziu de filosofia durante a Colônia. O que mais choca é reencontrar em 1998, nas *Etapas iniciais da filosofia brasileira*, de Antonio Paim, o endosso literal dessa mesma postura sem que isso esteja apoiado em pesquisa exaustiva sobre o período colonial (Marques, 2023, p. 97-98). Contrariamente, os dicionários são um indício de tudo que se produziu na Colônia. Mais que isso, há uma série de dossiês recentes sobre filosofia brasileira que merecem atenção e que estão presentes nas seguintes revistas filosóficas disponíveis em formato digital aberto: *Kriterion* (Universidade Federal de Minas Gerais), v. 44 (2014), *Argumentos* (Universidade Federal do Ceará), n.º 25 (2021), *Trans/form/ação* (Universidade Estadual Paulista), v. 26, tomos 1 e 2 (2023), *Aurora* (Pontifícia Universidade Católica do Paraná), v. 35 (2023) e *Pensando* (Universidade Federal do Piauí), v. 15 n.º 34 (2024).

Em relação aos grupos de pesquisa que reúnem diversos docentes e pesquisadores do país e do exterior, considerem os grupos de trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF <https://anpof.org.br/gt/>), especialmente *Filosofar e Ensinar a Filosofar*, cuja pesquisa centra-se no debate sobre as práticas do ensino de filosofia no ensino médio; *Filosofia da Libertação, Latino-Americana e Africana*, centrado no diálogo da herança da filosofia da libertação e africana; *Mulheres na história da filosofia*, pensando educação e história da educação das mulheres no Brasil; e *Pensamento Filosófico Brasileiro*, como se autodescreve, atento ao desenvolvimento dos “eixos do diálogo, do pluralismo e do pensamento crítico, com relação à prática da filosofia em nosso país, visando a elaboração de uma agenda própria no âmbito da ANPOF – a um só tempo à margem dos nacionalismos ufanistas e acríticos, bem como do neocolonialismo cultural e epistêmico que ainda caracteriza uma boa parte da intelectualidade nacional”.

Por fim, destaco mais três projetos voltados à pesquisa sobre a filosofia brasileira, sendo dois deles voltados à pesquisa de fontes históricas do pensamento latino-americano e/ou brasileiro: o primeiro, *Scholastica Colonialis*, desenvolvido por Roberto Hofmeister Pich e Alfredo Santiago Culleton, estuda o desenvolvimento da filosofia latino-americana a partir da perspectiva da Escolástica Barroca ou Segunda Escolástica entre os séculos XVI e XVIII (Pich & Culleton, 2017). O segundo, *Enciclopédia da Filosofia Brasileira*, prima pela pesquisa e elaboração de acervo digital sobre a filosofia nacional “tomando-a não simplesmente como filosofia universal e feita no Brasil, mas com as marcas de sua inscrição local em nossa cultura e em nossa história, ao sofrer as fricções de nosso meio e ao receber as contribuições de nossa intelectualidade –, não estávamos sozinhos nesta empreitada no conjunto da academia brasileira”, cujo acervo encontra-se em construção e com acesso aberto <https://www.editorafi.org/enciclopedia-da-filosofia-brasileira>. Esses projetos se completam quer enquanto perspectivas históricas, visto que o primeiro volta-se mais para o período colonial, e o segundo, para os séculos XIX e XX até a atualidade, quer enquanto formas de trabalho. Enquanto o primeiro pretende levantar fontes históricas na América Latina, o segundo está centrado na produção

de verbetes que permitam um acesso inicial, porém rigoroso, sobre autores, instituições, temas e períodos dessa filosofia.

O terceiro projeto em curso volta-se exclusivamente para os períodos colonial e imperial brasileiro. Além do levantamento das fontes, visa também publicar, em versão digital e bilíngue, escritos filosóficos, jurídicos e teológicos, até então inéditos. Trata-se da *Série Scripta Brasiliana* <https://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/791712> registrada no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Esse projeto integra pesquisadores de países da América Latina e Europa, com destaque para o fato de ter colaboradores em todas as regiões do Brasil. Trata-se de um projeto aprovado pelo Ministério das Relações Exteriores do Itamaraty (Brasília, Distrito Federal) e terá as publicações realizadas pela Editora da Fundação Alexandre de Gusmão.

A *Série Scripta Brasiliana* está projetada, inicialmente, para efetivar as atividades durante a próxima década, publicando com aparato científico e edição bilíngue os escritos coloniais e imperiais. Atualmente, o acervo em construção reúne quase 600 cartas datadas do século XIX e escritos filosóficos de diversas naturezas: (a) mais de trinta *conclusiones philosophicas ex* provenientes dos Estados do Maranhão, Pará, Rio de Janeiro e Minas Gerais, lembrando que nesse meio há duas sobre direito público e três sobre teologia; (b) um comentário sobre o tema da escravidão, datado do século XIX, proveniente de Minas Gerais; (c) quatro *cursus philosophicus* beneditinos provenientes do Rio de Janeiro, cuja edição priorizará aquele assinado por Frei Gaspar da Madre de Deus; (d) um *cursus philosophicus* carmelita proveniente do Pará; (e) dois *cursus philosophicus* franciscanos escritos no Mato Grosso (Marques, 2021). Com exceção do escrito sobre escravidão e das cartas, todos os demais textos datam de meados do século XVIII e estavam dispersos em bibliotecas no Brasil, Portugal e Estados Unidos da América. No entanto, registre-se que esse rol de escritos não é tudo o que já conhecemos. Existem outros tantos provenientes de outros Estados que poderão integrar a segunda etapa de edições da *Scripta Brasiliana*.

Com isso, ficam patentes dois aspectos básicos neste tópico: um, aquele que atesta a existência de diversos grupos de pesquisa sobre filosofia brasileira e suas intercessões com o pensamento contemporâneo. Não se trata apenas desses grupos, pois há diversos outros projetos de pesquisa que estão registrados nas instituições de ensino superior e/ou que não constam na página da ANPOF, mas que seguem em atividade como, por exemplo, a Academia Brasileira de Filosofia, fundada em 1989 no Rio de Janeiro e em atividade até o presente, e a recém criada Associação Brasileira de Ensino de Filosofia (2023), cujo interesse é “congregar profissionais com formação em Filosofia que atuem no magistério na área e/ou pesquisem Ensino de Filosofia em todas as suas perspectivas e em todos os níveis: educação básica, graduação e pós-graduação” (ABEF, *Estatuto*, art. 1, inciso i). O outro aspecto digno de nota é o vigor da produção filosófica demonstrada sobretudo nas duas últimas décadas. Os dossiês e artigos presentes em periódicos e na Coluna ANPOF, somados aos livros, às *lives* temáticas e aos encontros nacionais bienais da ANPOF, indicam o crescente interesse da comunidade filosófica brasileira de se tematizar e dar a conhecer não somente sua produção, mas também sua legitimidade acadêmica e social.

Sem ufanismo nem demérito, pensar a filosofia brasileira é certamente equalizar o estatuto social e político de mais de três mil pós-graduados na área específica, formados em 327 cursos de graduação reconhecidos pelo Ministério da Educação. A pós-graduação em filosofia reúne 92 cursos, sendo 2 mestrados profissionais em rede, 53 mestrados acadêmicos e 37 doutorados acadêmicos, segundo dados públicos da Plataforma Sucupira <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/> e mais 10.077 dissertações e teses sobre filosofia disponíveis para leitura e *download* gratuitos na Biblioteca Digital

Brasileira de Teses e Dissertações <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Ao criar do SNPG na década de 60 e ao fundar a ANPOF duas décadas depois, a comunidade filosófica nacional profissionalizou-se com atuação no ensino médio, superior e pós-graduado, estendendo-se posteriormente até o ensino fundamental. De um lado, resistiam à tentativa de exclusão das ciências humanas por obra da ditadura militar, de outro, lutavam pela profissionalização docente filosófica. Os avanços são indiscutíveis, embora ainda existam deficiências: por exemplo, quando aos grupos de trabalho da ANPOF, a maioria deles estão centrados na história da filosofia europeia ou norte-americana, alguns se concentram na pesquisa temática, outros reúnem-se em torno de um nome. Uma parte considerável de suas produções se reduz à exegese e comentário de autores clássicos da filosofia carecendo de relação com a realidade brasileira, o que caracteriza uma filosofia entre nós, mas não uma filosofia nossa, com relevo e identidade própria. Outros grupos, em quantidade bem menor, ensaiam uma filosofia brasileira, preocupada com os problemas da realidade nacional e voltados às obras que analisam o desenvolvimento social, cultural, econômico e intelectual do país, cujos frutos são promissores se não se reduzirem apenas a uma tendência de momento.

Diante de todo o dito, podemos distinguir três posturas entre pesquisadoras/es e professoras/es de filosofia no Brasil: a primeira, a ufanista, que admite ingenuamente que sempre tivemos filosofia brasileira sem qualquer contratempo, cujo debate sobre a originalidade já estaria ultrapassado, essa postura nutre-se de ingenuidade e é demasiado nacionalista; a segunda, a academicista, identifica e reduz a filosofia brasileira à prática da exegese e comentário de autoras/es clássicos, sendo incapaz de perceber que não passa de mimetismo teórico a maior parte das teses e dissertações produzidas no SNPG, e pouco ou não tem a dizer sobre e para a realidade brasileira; a terceira, a crítica, reconhece os méritos da profissionalização do ensino filosófico, pesquisa dentro do SNPG e preocupa-se fundamentalmente tanto com herança da história do ensino de filosofia nacional quanto pretende filosofar a partir da realidade e dos dramas da sociedade brasileira.

Por fim, há que se reconhecer que, não obstante os percalços na consolidação do ensino superior público, gratuito e de qualidade no país, mais de 95% da pesquisa científica brasileira vem das instituições públicas superiores de ensino. São pesquisas que vêm se consolidando nos cenários nacional e internacional, tendo o Brasil alcançado em 2015 a 14^a posição na escala mundial de produção científica. Em se tratando de produção e difusão científica nas áreas de ciências humanas e sociais, lideradas por Thomas Kuhn e Everett Rogers em números de citações e referências em escala global, ambos com 81.311 e 72.780 referências, respectivamente, honra-nos destacar o nome de Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997, conhecido como Paulo Freire) como o terceiro intelectual mais citado no mundo com nada menos que 72.359 referências, ficando à frente de nomes como Michel Foucault, John Rawls, Clifford Geertz e Karl Marx (Green, 2016). Certamente, o nome de Paulo Freire pode ser reconhecido como o maior e mais destacado intelectual público globalizado brasileiro. E, na perspectiva filosófica, nomes como Newton Carneiro Affonso da Costa (nascido em 1929), com a formulação da lógica paraconsistente, e Marilena de Souza Chauí, com a análise da realidade nacional, são dignos representantes da nossa melhor herança filosófica.

Referências

- ANDERSON, Perry. *Brasil à parte: 1964-2019*. Trad. Alexandre Barbosa de Souza *et alii*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- DOMINGUES, Ivan. *Filosofia no Brasil: legados e perspectivas – ensaios metafilosóficos*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

- EMPRESA Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), *Mais de 80% da população brasileira habita 0,63% do território nacional* (10 out 2017). Disponível em <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/28840923/mais-de-80-da-populacao-brasileira-habita-063-do-territorio-nacional>. Acesso em 11.12.2023.
- GOMES, Roberto. *Crítica da razão tupiniquim*. 12ª ed. Curitiba: Criar, 2001.
- GREEN, Elliott. *What are the most cited publications in the social sciences according to Google scholar* (2016). London School of Economics. Available at <https://blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/2016/05/12/what-are-the-most-cited-publications-in-the-social-sciences-according-to-google-scholar/>. Accessed 13 December 2023.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Memória dos Censos Demográficos de 1870 a 2000* (2003). Disponível em <https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/censos-demograficos.html#:~:text=Foi%20a%20seguinte%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o,e%208%20487%20554%20mulheres>. Acesso em 11.12.2023.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Século XX Economia* (s/d). Disponível em https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/economia/contas_nacionais/1_indice.xls. Acesso em 11.12.2023.
- INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), *Mapa do Analfabetismo no Brasil* (s/d). Disponível em https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/mapa_do_analfabetismo_do_brasil.pdf. Acesso em 11.12.2023.
- INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), *Sinopse Estatística da Educação Superior 2000* (ca. 2001). Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/sinopse-estatistica-da-educacao-superior-2000>. Acesso em 11.12.2023.
- INSTITUTO SEMESP (Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo). *Mapa do ensino superior no Brasil*. 13ª ed. São Paulo: SEMESP, 2023.
- MARGUTTI Pinto, Paulo Roberto. *História da filosofia do Brasil (1500-hoje): 1ª parte: o período colonial (1500-1822)*. São Paulo: Loyola, 2013.
- MARGUTTI Pinto, Paulo Roberto. *História da filosofia do Brasil (1500-hoje): 2ª parte: a ruptura iluminista (1808-1843)*. São Paulo: Loyola, 2020.
- MARQUES, Lúcio Álvaro. Em busca de uma filosofia colonial brasileira. *Veritas (Porto Alegre)*, 66(1), 2021, e39730. Disponível em <https://doi.org/10.15448/1984-6746.2021.1.39730>. Acesso em 13.12.2023.
- MARQUES, Lúcio Álvaro. *Formas da filosofia brasileira: 12 aportes metodológicos à historiografia, metalinguagem e autocrítica da filosofia brasileira*. Cachoeirinha: Fi, 2023. Disponível em <https://www.editorafi.org/ebook/a013-formas-filosofia-brasileira>. Acesso em 11.12.2023.
- NEVES, Clarissa Eckert Baeta & Martins, Carlos Benedito. *Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente 1*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), *Repositório* (s/d). Disponível em <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9061/1/Ensino%20superior%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em 11.12.2023.
- PICH, Roberto Hofmeister & Culleton, Alfredo Santiago (eds.). *Scholastica Colonialis: reception and development of Baroque scholasticism in Latin America, 16th-18th centuries*. Barcelona/Roma: Brepols, 2017.

- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2ª ed. 25ª reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIOUX, Jean-Pierre. Point de vue - La décolonisation, cette histoire sans fin. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, 96, p. 225-234, 2007. Disponível em <https://doi.org/10.3917/ving.096.0225> Acesso em 12.12.2023.
- SACRAMENTO Blake, A. V. A. *Diccionario bibliographico brasileiro*. 7 volumes. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883-1902. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681> Acesso em 12.12.2023.
- SCHUMAHER, Schuma e Vital Brazil, Érico (orgs.) *Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- VITA, Luís Washington. *Antologia do pensamento social e político no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1968.
- VITA, Luís Washington. *Panorama da filosofia no Brasil*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- ZIMMERMANN, Roque. *América Latina: o não-ser*. Petrópolis: Vozes, 1987.